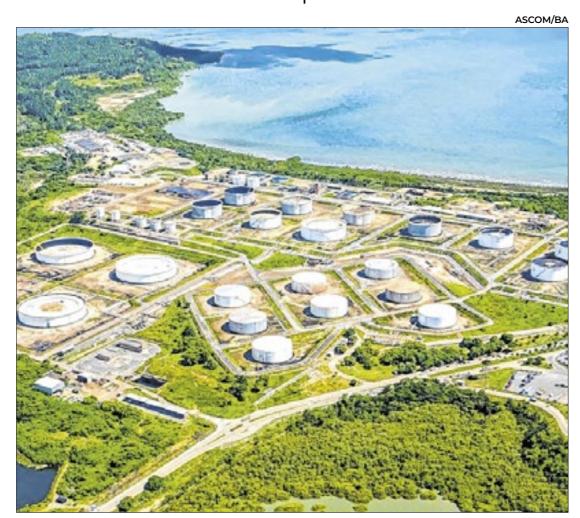
Bahia registra aumento de 27% em empregos

Estado impulsiona mercado com novas oportunidades

A Bahia registrou um expressivo aumento de 27,8% na geração de empregos formais no acumulado dos últimos 12 meses, de outubro de 2023 a setembro de 2024. resultando em um saldo ajustado de 90.838 novas vagas no período. Em setembro, o estado contabilizou 14.888 novos empregos com carteira assinada, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor de serviços foi o principal responsável pela geração de empregos, representando 51,3% do total, com 7.634 novas ocupações. Este número é 82,3% maior em comparação ao mesmo mês do ano passado, evidenciando a recuperação e o crescimento desse segmento. O comércio ocupou a segunda posição, contribuindo com 22,2% do saldo total, o que corresponde a 3.301 novos empregos. A construção civil também se destacou, com uma participação de 14,6%, gerando 2.167 novas vagas. Por sua vez, a indústria teve um saldo positivo de 1.847 empregos, revertendo o resultado negativo do ano anterior, que havia contabilizado uma perda de 384 vagas. No entanto, o único setor que apresentou saldo negativo

foi a agropecuária, com uma



Bahia celebra um crescimento de 27,8% na geração de empregos

perda de 63 empregos até setembro de 2024.

No panorama nacional, o Brasil viu a criação de 247.818 postos de trabalho em setembro, contribuindo para a redução da taxa média de desemprego para 6,4% no trimestre encerrado nesse mês. Este é o menor nível já registrado na série histórica da Pnad Contínua, que começou em 2012.

O resultado de setembro

representa um aumento de 3,6% (ou 8.705 empregos formais) em relação a agosto, e uma elevação de 21,1% (ou 43.148 empregos) em comparação com setembro de 2023. Esses dados refletem um cenário otimista para o mercado de trabalho, tanto na Bahia quanto no Brasil, apontando para uma recuperação econômica e a criação de novas oportunidades para

os trabalhadores. No turismo, esses dados se relacionam com o crescimento no volume de atividades turísticas, que alcançou 8,2% entre janeiro e agosto de 2024, mantendo o crescimento baiano acima da média nacional desde 2023, de acordo com o IBGE. O crescimento nas atividades atendeu a um número de 94.703 turistas estrangeiros que chegaram pela Bahia.

CORREIO OPINIÃO

Regularização fundiária e seus benefícios

Por Aleksander Szpunar*

A regularização fundiária é essencial para o desenvolvimento socioeconômico por proporcionar segurança jurídica às famílias que, ao obterem a documentação legal de seus imóveis, garantem estabilidade e tranquilidade.

Além de assegurar o direito à propriedade, a regularização permite que os proprietários tenham acesso a crédito, uma vez que o imóvel pode ser financiado por instituições bancárias. Isso viabiliza reformas, melhorias e, por consequência, impulsiona a geração de riqueza.

O processo de regularização fomenta a economia local, estimulando compras, contratação de serviços e investimentos. Ademais, possibilita a inclusão social de famílias que, anteriormente, em situação de informalidade, passam a integrar a economia formal.

No âmbito econômico, a regularização também contribui para a valorização patrimonial dos imóveis, aumentando seu valor de mercado e criando um legado para as gerações futuras. Para os proprietários, esse processo gera um forte sentimento de pertencimento ao fortalecer o vínculo da família com o município e sua comu-

Para os gestores municipais, investir na regularização fundiá-

ria traz importantes vantagens. E o principal benefício é o aumento da arrecadação. Uma vez regularizado e com a matrícula em cartório, o imóvel possibilita a transferência por escritura pública, o que gera arrecadação em diversas esferas administrativas — Município, Estado e União. Isso ocorre por meio da cobrança de impostos sobre a transmissão de bens em casos de compra e venda, inventários, doações e imposto territorial rural. Além disso, o imóvel regularizado passa a pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano, gerando mais recursos para o município.

A regularização fundiária também estimula o desenvolvimento econômico local, incentivando o comércio e a prestação de serviços, e contribui para a redução de irregularidades, evitando ocupações ilegais e promovendo um crescimento urbano mais organizado. Com o aumento da receita, o município consegue investir em melhorias na infraestrutura pública, como saúde, educação e obras.

*Advogado especializado em Regularização de Imóveis e Ações de Usucapião. Preside a Comissão de Direito Imobiliário da OAB Águas de Lindóia/SP e é membro do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário.

